

**ATA DA 60ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA, REALIZADA EM 17 E 18 DE NOVEMBRO DE 2016.**

1 Aos dezessete dias do mês de novembro de dois mil e dezesseis, às nove horas, reuniu-se o Plenário do
2 **Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil - CAU/BR**, no Hotel San Marco: SHS Quadra 05
3 Bloco C – Asa Sul – Brasília-DF. Sob a **presidência** de Haroldo Pinheiro, os **conselheiros**: Clênio
4 Plauto de Souza Farias, Heitor Antônio Maia da Silva Dolores, Gonzalo Renato Núñez Melgar, Oscarito
5 Antunes do Nascimento, Hugo Seguchi, Napoleão Ferreira da Silva Neto, Anderson Fioretti de Menezes,
6 Maria Eliana Jubé Ribeiro, Maria Laís da Cunha Pereira, José Antônio Assis de Godoy, Celso Costa,
7 Ana de Cássia M. Abdalla Bernardino, Mariano de Jesus Farias Conceição, Fábio Torres Galisa de
8 Andrade, Fernando Diniz Moreira, Wellington Carvalho Camarço, Manoel de Oliveira Filho, Luiz
9 Fernando Donadio Janot, Fernando José de Medeiros Costa, Roseana de Almeida Vasconcelos, Luiz
10 Afonso Maciel de Melo, Gislaíne Vargas Saibro, Ronaldo Lima, Fernando Márcio de Oliveira, Renato
11 Luiz Martins Nunes, Luís Hildebrando Ferreira Paz e José Roberto Geraldine Júnior, **convidados**:
12 Roberto Simon – Ouvidor do CAU/BR, Andréa Lúcia Vilella Arruda – representante do CEAU-
13 CAU/BR e a **Secretária Geral da Mesa** - Daniela Demartini Fernandes. **1. Abertura:** O presidente
14 **HAROLDO PINHEIRO**, às nove horas e vinte minutos do dia vinte outubro de dois mil e dezesseis,
15 iniciou a 60ª Plenária Ordinária do CAU/BR. **2. Execução do Hino Nacional Brasileiro:** O presidente
16 **HAROLDO PINHEIRO** pediu que todos, de pé, ouvissem a execução do Hino Nacional Brasileiro. **3.**
17 **Verificação da pauta:** O presidente **HAROLDO PINHEIRO** leu a pauta, solicitou que fosse incluído
18 um ponto extra pauta, a apresentação a minuta da campanha pelo Dia Nacional do Arquiteto e
19 Urbanista, 15 de dezembro, e perguntou se alguém teria alguma observação, dúvida ou mesmo
20 necessidade de esclarecimento. **4. Aprovação da Ata da 59ª Reunião Plenária Ordinária do**
21 **CAU/BR:** O presidente **HAROLDO PINHEIRO** questionou a existência de alguma pendência. A
22 conselheira **CÁSSIA ABDALLA** solicitou que um pronunciamento feito na plenária passada, sobre a
23 declaração do conselheiro Luiz Janot que afirmou ter enviado documentos à CED-CAU/BR, não teriam
24 chegado na comissão. Após algumas correções, anunciou o regime de votação. A ata foi aprovada com
25 20 votos a favor, 01 ausência e 6 abstenções. **5 – Comunicações:** O presidente **HAROLDO**
26 **PINHEIRO** solicitou que a Ouvidoria, o CEAU, as comissões especiais e ordinárias fizessem seus
27 comunicados. **OUVIDORIA** -. O Ouvidor do CAU/BR **ROBERTO SIMON** iniciou o assunto
28 apontando o link do chat. Disse que a ferramenta está sendo utilizada em dezesseis sites estaduais. Citou
29 que antes da implantação, a expectativa era que esse serviço de chat atendesse duas pessoas por baia, ou
30 seja, por assistente, mas atualmente atende três pessoas por baia o que representa um crescimento de
31 trinta e três por cento. Consequente, esclareceu que os estados de Minas Gerais, Mato Grosso, Tocantins
32 e Distrito Federal estão divulgando o telefone quatro mil e sete em seus sítios e que o CAU/BR precisa
33 fomentar essa prática aos demais estados. E, ainda, foi informado que cem por cento dos estados estão
34 ligados à Ouvidoria através dos links em seus sítios estaduais. Seguiu a apresentação citando um
35 encontro da Comissão de Organização e Administração – COA – que recomendou observar timing, ou



36 seja, o tempo de atendimento prestado. O timing passou por vários testes, consulta aos estados, revisão
37 de proposta e posteriormente protocolado na COA-CAU/BR para divulgação nos outros conselhos. Os
38 estados de São Paulo e Mato Grosso contribuíram muito para o aprimoramento do setor de atendimento.
39 O próximo apontamento foi referente ao monitoramento do TeleAtendimento Qualificado – TAQ – o
40 ouvidor informou que a RIA/Ouvidoria recebe a emissão de relatórios diários de forma automatizada e
41 realizada a inspeção cinco vezes por semana, o que amplifica cada vez mais o sistema de
42 monitoramento. Com esse acompanhamento pode-se identificar erros, ações, correções e oportunidades
43 de melhorias no processo. Em seguida, foi explanado pelo ouvidor a identificação de um número maior
44 de ações a serem melhoradas o que estaria avançando na qualidade do atendimento realizados aos
45 arquitetos e urbanistas do Brasil. Por isso, é imprescindível a cooperação das comissões e dos arquitetos
46 de modo geral. Outro apontamento foi a pesquisa de satisfação realizada pelos canais de atendimento do
47 conselho, o qual estimou que um quantitativo aproximado de quatro mil arquitetos entrou em contato
48 com o conselho em busca de informações. Desse universo de arquitetos dois mil trezentos e oitenta e
49 seis profissionais aguardaram e avaliaram o atendimento de forma positiva, setenta e nove pessoas
50 consideraram regular e dezoito se declararam insatisfeitos com o atendimento recebido. Em face disso,
51 foi proposto pelo ouvidor a identificar o que causou insatisfação desses dezoito profissionais, com o
52 objetivo de qualificar ainda mais o atendimento. Dessa forma, foi salientado que noventa e dois por
53 cento dos avaliadores se declararam satisfeitos com o canal de atendimento, sendo uma constatação
54 importante para o conselho e para alcançar um aprimoramento constante. Por último, houve um apelo
55 do ouvidor à Comissão de Harmonização sobre questões de empresas que atuam em duas áreas,
56 engenharia e arquitetura, e que estavam contribuindo para o Conselho Regional de Engenharia e
57 Agronomia – CREA - e para o Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU. No ano de dois mil e doze
58 uma dessas empresas foi instruída pelo CAU a contribuir para o CREA, pois quando foram pagar a
59 anuidade ao CAU houve impedimento. Segundo o ouvidor essa situação poderá causar desapontamento
60 pelo não atendimento do CAU em aceitar o pagamento no ano de dois mil e doze fazendo com que o
61 profissional opte pelo CREA ou pela opção mista ou até mesmo deixe de contribuir ao CAU
62 definitivamente. Outro apontamento em relação a esse assunto é que o profissional não pode tirar a
63 responsabilidade técnica, porque não conseguiu pagar a contribuição no ano de dois mil e doze. Além
64 disso, o ouvidor deixou claro que nas próximas reuniões plenárias pretende levar um caso emblemático
65 para todos, visando à melhoria nos processos. **CEAU – A representante do CEAU-CAU/BR ANDRÉA**
66 **ARRUDA** disse que. o CEAU se reuniu no dia 26 de outubro, onde, como era previsto, a pauta
67 principal foi a organização do seminário que aconteceu no dia seguinte, dia 27. Também foi tratado de
68 outras iniciativas que vieram a se confirmar na reunião do CEAU, no Rio de Janeiro, que foi no dia 10
69 de novembro, onde o presidente Haroldo também esteve presente. Daquela reunião do Conselho de
70 Entidades, o mais importante foi a definição de uma agenda com a programação do Primeiro Encontro
71 Internacional Preparatório Todos os Mundos, de 3 a 5 de julho de 2017, que já é o aquecimento para a



72 Rio 2020. Sobre o seminário do CEAU, além da palestra do projeto da Estação Antártica, teve muitas
73 intervenções felizes, em especial do Raul Juste Lores, o repórter especial da Folha de São Paulo, que
74 teve uma fala muito importante. Ele chegou a falar que, quando o arquiteto e urbanista não é convidado,
75 toda a sociedade sofre as consequências. Da palestra do Estúdio 41, em que receberam o seu sócio
76 fundador, o Emerson Vidigal, ele ressaltou que: “nós, arquitetos e urbanistas, fazemos o exercício diário
77 de enxergar o futuro, e essa não é uma tarefa fácil”. A representante do CEAU disse que era exatamente
78 aquela a intenção: “um diálogo com futuro, trazendo, especialmente, jovens e novas ferramentas,
79 tecnologias, se antecipando ao que virá a acontecer com a nossa profissão”. Receberam também o
80 engenheiro civil Wilton Catelani que falou especialmente sobre o BIM, consolidando como uma nova
81 plataforma, que não era um modismo. Receberam arquiteta e urbanista, professora Isabel Amália
82 Medeiro Rocha, da Universidade Federal da Paraíba, falou sobre a transição da fabricação analógica da
83 arquitetura para a fabricação digital, e da importância dos conhecimentos não só de computação, mas de
84 matemática e lógica naquele caminho. O arquiteto e urbanista Davi Duque que falou muito de gestão da
85 informação, e que não se esgota em uma edificação, mas, também, com as ferramentas digitais. A
86 arquiteta e urbanista Ana Paula Zechlinski, da Universidade Federal de Pelotas que veio tratando
87 especialmente do planejamento urbano, apresentando novos sistemas de suporte à decisão, modelos,
88 indicadores e de sistemas de informação georreferenciada. Um jovem arquiteto urbanista, quase que
89 recém-formado, Maurício Matias, que é sócio da Rede Brasileira de Fabricação Digital, apresentando
90 pesquisa para construções habitacionais, substituindo alvenaria convencional por blocos de encaixe
91 fabricados com a impressora 3D. O presidente **HAROLDO PINHEIRO** ressaltou que é um projeto
92 com o cliente aqui em Brasília, o Ministério da Marinha; o escritório de projetos no Paraná; os
93 consultores e os autores dos projetos complementares na Europa; a obra na Antártica, perto do Polo Sul;
94 e a montagem e a pré-fabricação da obra na China. Concluiu ratificando que as fronteiras estão sendo
95 totalmente derrubadas pelas circunstâncias novas que aparecem na prática profissional da Arquitetura e
96 Urbanismo. **CEN-CAU/BR** - O conselheiro **LUIZ AFONSO** informou que a CEN-CAU/BR não
97 tiveram reunião naquele mês. Disse que na próxima reunião tratariam sobre os Termos de Referência,
98 conforme já conversado com o gerente geral do CAU/BR, Andrei Candiota. Concluiu dizendo que tudo
99 estava dentro do cronograma. **CPP-CAU/BR** - O conselheiro **MARIANO FARIAS**, representando o
100 coordenador da comissão Sanderland Ribeiro, informou que que, no último dia 27 de outubro de 2016, a
101 CPP participou de uma reunião técnica em São Paulo, juntamente com o GT de assistência técnica do
102 CAU São Paulo. Inclusive, com a presença do presidente Gilberto Beleza, que, na oportunidade,
103 solicitou a todos os presentes naquela reunião que colaborassem com os projetos de Assistência
104 Técnica em Habitação e Interesse Social que aquele conselho terá que desenvolver para o ano que vem,
105 conforme as diretrizes do plano de ação do CAU/SP para 2017, disponibilizando dois por cento da sua
106 arrecadação para projetos de assistência técnica. Disse que a comissão participou de outra reunião
107 técnica, com gestores da ONG Habitat para a Humanidade, que está presente em 70 países e, aqui no



108 Brasil, presente em 6 Estados da Federação, praticando Assistência técnica em Habitação de interesse
109 social, inclusive, com cadeira no conselho das cidades. Na oportunidade foi mostrada a filosofia da
110 ONG, as suas metodologias de atuação, as parcerias estabelecidas com outras entidades e seus números
111 de atendimentos já desenvolvidos e a desenvolver. Também informou da visita técnica que a CPP fez ao
112 projeto de assistência técnica de Heliópolis, São Paulo, administrado pela ONG Habitat Para a
113 Humanidade, onde a ONG já atendeu mais de 300 famílias e tem uma proposta de atender mais de 300
114 em 2017. Parabenizou, conforme solicitação do conselheiro federal Wellington Veloso, do qual é
115 suplente, o evento da CEP-CAU/BR, que, recentemente, aconteceu em Palmas, Tocantins, no qual o
116 referido conselheiro esteve presente, que tratou do RRT como instrumento de valorização da
117 Arquitetura e Urbanismo, e que, com a colaboração dos conselhos estaduais, por meio dos seus
118 representantes presentes no seminário, buscaram chegar à uma proposta de um anteprojeto de resolução
119 do RRT, que, possivelmente, contemplará melhorias no processo do exercício profissional e da
120 fiscalização da profissão, incluindo, nas conquistas, o RRT social, registro importantíssimo para o
121 ordenamento da arquitetura e urbanismo nas áreas de crescimento espontâneo das nossas cidades.
122 Ressaltou o lançamento do programa Cheque Reforma, do Governo Federal, com a disponibilização de
123 500 milhões de reais para assistir famílias de baixa renda em estado de vulnerabilidade em suas
124 habitações. Enfatizou que era o primeiro projeto social do Governo Federal voltado para a Assistência
125 Técnica em Habitação de Interesse Social diretamente nas unidades habitacionais em áreas já
126 consolidadas. Parabenizou o presidente do CAU/BR pela preocupação em participar do lançamento do
127 programa Cheque Reforma, com a presença do vice-presidente Anderson Fioreti, pois, como arquitetos
128 e urbanistas, teriam que estar presentes naquelas decisões que influenciam, diretamente, na qualidade de
129 vida das pessoas e na qualidade da Arquitetura e Urbanismo no Brasil. **CRI-CAU/BR** - O Conselheiro
130 **FERNANDO DINIZ** informou que, devido à não realização de reunião das comissões especiais no mês
131 de novembro, faria um breve relato dos últimos três meses de trabalho da CRI-CAU/BR. Disse ter boas
132 notícias com relação aos desdobramentos dos acordos firmados com os países anglo-saxônicos: o
133 projeto de acreditação de cursos de Arquitetura e Urbanismo, que seria apresentado no mesmo dia ao
134 Plenário, e um *workshop* em organização junto ao *American Institute of Architects* - Instituto Americano
135 de Arquitetos (AIA) para o ano de 2017, cujo enfoque seria a assistência técnica a projetos de interesse
136 social. Comentou que se estava cogitando realizar o projeto na zona portuária do Rio de Janeiro, em
137 março do ano seguinte, como evento preparatório ao Congresso da União Internacional dos Arquitetos
138 de 2020 (UIA RIO 2020). Reiterou sobre o desenvolvimento do Projeto de Capacitação dos Escritórios
139 Fronteiriços, em parceria com a Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos
140 (Apex-Brasil), a Associação Brasileira dos Escritórios de Arquitetura (AsBEA), o Ministério das
141 Relações Exteriores (MRE) e o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC).
142 Informou sobre o acompanhamento das demais tratativas internacionais, no âmbito do MERCOSUL,
143 União Europeia e China. Destacou a participação do CAU/BR no Habitat III, oportunidade na qual



144 foram negociados memorandos com o México e Peru e firmado um acordo de cooperação com Cabo
145 Verde com enfoque em assistência técnica; e finalizou o relato comentando sobre o diálogo com o
146 Conselho Nacional da Ordem dos Arquitetos da França (CNOA), cujo Memorando de Entendimento em
147 discussão seria apresentado no mesmo dia ao Plenário para apreciação e deliberação. O coordenador
148 adjunto da CRI-CAU/BR, conselheiro **GERALDINE JÚNIOR**, complementou dizendo que a
149 comissão deveria responder ao MDIC ainda no mesmo dia sobre o interesse do setor de arquitetura e
150 urbanismo no plano de trabalho do Memorando de Entendimento firmado entre os governos brasileiro e
151 chinês para a cooperação econômica no campo de serviços profissionais. **CPUA-CAU/BR** – A
152 conselheira **LANA JUBÉ** comunicou que as comissões especiais não se reuniram em novembro em
153 virtude do feriado. Relatou a atividades da CPUA realizadas no último mês, incluindo a definição do
154 orçamento 2017 da Comissão e a análise de dois projetos de lei que já haviam sido analisados pela
155 CPUA, mas voltaram devido a divergências em relação ao posicionamento adotado pelo grupo de
156 trabalho do Seminário Legislativo. Esclareceu que em 2016, devido a grande quantidade de projetos de
157 lei a serem analisados, ao invés da emissão de pareceres para cada projeto de lei, a Comissão optou por
158 reunir-se periodicamente com a chefe da Assessoria Parlamentar e Institucional Luciano Rubino para
159 discussão da forma de ação mais adequada para cada projeto de lei. Esclareceu que, com isso, a
160 Comissão conseguiria vencer uma pauta maior de análise dos projetos de lei, evitando equívocos e
161 melhor instrumentalizando o trabalho da Assessoria Parlamentar. Informou que participou,
162 representando o CAU/BR, da Terceira Conferência das Nações Unidas sobre Moradia e
163 Desenvolvimento Urbano Sustentável – Habitat III, em Quito, Equador, juntamente com o coordenador
164 da Comissão de Relações Internacionais Fernando Diniz, com o presidente do CAU/BR Haroldo
165 Pinheiro e com demais representantes dos Conselhos Estaduais. Informou que encaminhou três artigos,
166 que já estariam disponíveis na página eletrônica do CAU/BR, abordando os grandes temas que foram
167 foco da Habitat III: governança metropolitana, espaços públicos e habitação. Esclareceu que
168 aprofundaria seu relato juntamente com o conselheiro Fernando Diniz em ponto de pauta específico
169 sobre o tema na mesma Reunião Plenária. Relatou que participaria de um seminário sobre Legislação
170 em Arquitetura e Urbanismo, no dia 24 de novembro de 2016, no Rio Grande do Sul, juntamente com a
171 conselheira federal Gislaine Saibro. Informou que no dia 30 de novembro de 2016, a CPUA realizaria
172 sua reunião ordinária em Brasília e que participaria do I Seminário Internacional de Desenvolvimento
173 Urbano, realizado pela Comissão de Desenvolvimento Urbano da Câmara dos Deputados. **CTHEP** - O
174 coordenador da CTHEP, **JOSÉ ROBERTO GERALDINE JÚNIOR**, informou que recentemente
175 houve uma ampliação do calendário de reuniões conjuntas com o CONFEA, com o objetivo de discutir
176 e analisar comparativo entre formação nas instituições de ensino superior e Resolução CAU/BR nº 51
177 produzido pelas equipes técnicas de ambos os conselhos. Afirmou que a metodologia adotada pelo
178 grupo é a verificação da formação, compreendendo que ela é o princípio básico para a concessão de
179 atribuição por parte dos conselhos profissionais. Nessa análise, o CONFEA tem demonstrado tendência



180 maior ao enfrentamento, sendo que a CTHEP tem mantido a tranquilidade, a serenidade e a rigidez no
181 que diz respeito a manutenção de nossos normativos. Informou que o CONFEA não compareceu ao
182 último encontro, alegando dificuldades de aprovação interna do calendário ampliado e justificando a
183 ausência na véspera da reunião. A CTHEP-CAU/BR deu continuidade ao trabalho, tendo em vista a
184 judicialização do tema em várias unidades da federação. Destacou que a principal ação, do Ministério
185 Público Federal do Estado de Goiás, previa uma audiência de conciliação do próximo dia 1º de
186 dezembro, aonde o CAU apresentaria o trabalho que tem sido feito. Geraldine afirmou que foi solicitado
187 o apoio da COA na construção de regulamentação pré-resolução conjunta, demonstrando o interesse do
188 CAU na continuidade do diálogo. Afirmou também que os sindicatos dos arquitetos e urbanistas têm se
189 organizado para entrar com ações junto ao Ministério Público Federal semelhantes à de Goiás, o que é
190 preocupante, pois aumenta o grau de litígio. Disse que a comissão está atenta aos desdobramentos
191 dessas ações, e o coordenador se colocou à disposição para informar o andamento das ações em cada
192 Estado. **CED-CAU/BR** – O conselheiro federal **NAPOLEÃO FERREIRA** relatou que o conselheiro
193 Ricardo Fonseca da CEP/BR, esteve na última reunião da Comissão de Ética e relatou sobre encontro
194 realizado em Santa Catarina, pela ASBEA, sobre reserva técnica. Informa que, na ocasião, foi
195 convidado o coordenador da CED/PR, conselheiro Ronaldo Duschenes, e o debate foi dividido em dois
196 momentos: o primeiro com a presença do núcleo de lojistas do estado e fornecedores do estado e, em no
197 período da tarde, com os arquitetos. Informa que essa iniciativa de Santa Catarina poderia ser replicada
198 em outros estados. Com relação às atividades da Comissão, destaca o desenvolvimento do projeto de
199 consolidação das resoluções de ética e disciplina do CAU/BR. A ideia é consolidar todos os normativos
200 de ética em uma única resolução, para facilitar o entendimento e acrescentar outros aspectos, como a
201 reabilitação do profissional sancionado. Porém, a resolução não será apresentada ao Plenário em
202 dezembro de 2016, como estava inicialmente previsto, e foi adiado para o ano seguinte, provavelmente
203 em janeiro. A Comissão também entendeu a importância dessa resolução de consolidação passar
204 primeiramente pela COA antes de ser apresentada ao Plenário. Na última reunião também houve a
205 distribuição de processos ético-disciplinares que serão analisados em grau de recurso pela CED/BR aos
206 conselheiros Renato Nunes e Luiz Afonso. Informa ainda que também está presente nas discussões da
207 CED/BR a elaboração dos comentários do Código de Ética e Disciplina do CAU/BR, cuja execução
208 direta se dá pelo consultor João Honório, que propôs à comissão a realização de uma reunião
209 extraordinária no dia 19 de novembro, sábado, para que o consultor possa ouvir a opinião dos
210 conselheiros quanto à forma dos relatórios técnicos já entregues. Relata também que está sendo
211 desenvolvido e implantado pelo CSC, juntamente com a CED, as novas funcionalidades do Módulo
212 Ético no SICCAU que permitirão a emissão da declaração negativa de antecedentes ético-disciplinares
213 pelo SICCAU Profissional do arquiteto e urbanista. Porém, como demandará um tempo de adaptação e
214 requer um processo de transição, a Comissão deliberou por escolher o CAU/SC como sendo o estado
215 piloto, por ser o CAU com maior quantidade de processos inclusos no Módulo Ético e por sua grande



216 demanda de declarações negativas. Informa também que a analista Daniela Finotti, do CSC, esteve
217 presente da reunião da Comissão para apresentar as reformulações para aperfeiçoamento do módulo de
218 denúncia do SICCAU e algumas especificidades dos processos éticos foram discutidas, para adequação.
219 **CEF-CAU/BR** – O Conselheiro **FERNANDO DINIZ** informou que, devido à não realização de
220 reunião das comissões especiais no mês de novembro, faria um breve relato dos últimos três meses de
221 trabalho da CRI-CAU/BR. Disse ter boas notícias com relação aos desdobramentos dos acordos
222 firmados com os países anglo-saxônicos: o projeto de acreditação de cursos de Arquitetura e
223 Urbanismo, que seria apresentado no mesmo dia ao Plenário, e um workshop em organização junto ao
224 American Institute of Architects - Instituto Americano de Arquitetos (AIA) para o ano de 2017, cujo
225 enfoque seria a assistência técnica a projetos de interesse social. Comentou que se estava cogitando
226 realizar o projeto na zona portuária do Rio de Janeiro, em março do ano seguinte, como evento
227 preparatório ao Congresso da União Internacional dos Arquitetos de 2020 (UIA RIO 2020). Reiterou
228 sobre o desenvolvimento do Projeto de Capacitação dos Escritórios Fronteiriços, em parceria com a
229 Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex-Brasil), a Associação Brasileira
230 dos Escritórios de Arquitetura (AsBEA), o Ministério das Relações Exteriores (MRE) e o Ministério do
231 Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC). Informou sobre o acompanhamento das
232 demais tratativas internacionais, no âmbito do MERCOSUL, União Europeia e China. Destacou a
233 participação do CAU/BR no Habitat III, oportunidade na qual foram negociados memorandos com o
234 México e Peru e firmado um acordo de cooperação com Cabo Verde com enfoque em assistência
235 técnica; e finalizou o relato comentando sobre o diálogo com o Conselho Nacional da Ordem dos
236 Arquitetos da França (CNOA), cujo Memorando de Entendimento em discussão seria apresentado no
237 mesmo dia ao Plenário para apreciação e deliberação. O coordenador adjunto da CRI-CAU/BR,
238 conselheiro **GERALDINE JÚNIOR**, complementou que a comissão deveria responder ao MDIC ainda
239 no mesmo dia sobre o interesse do setor de arquitetura e urbanismo no plano de trabalho do Memorando
240 de Entendimento firmado entre os governos brasileiro e chinês para a cooperação econômica no campo
241 de serviços profissionais. Na sequência passou ao relato da CEF-CAU/BR, destacando como um dos
242 principais temas tratados na reunião ordinária de novembro o cadastramento dos cursos de Arquitetura e
243 Urbanismo para a consequente importação da lista de egressos, trabalho realizado sistematicamente, que
244 faz análise aprofundada da regularidade dos cursos de arquitetura e urbanismo perante o sistema
245 educacional, tendo em vista a grande e crescente evolução da oferta de cursos de Arquitetura e
246 Urbanismo no país. Informa que segundo dados obtidos no sistema e-MEC do dia, existem 518 cursos
247 de Arquitetura e Urbanismo em atividade na modalidade presencial, e 3 na modalidade a distância. Os
248 cursos na modalidade EAD têm deixado a Comissão atenta e em busca de ações para avançar mais na
249 questão de qualidade, um exemplo é a acreditação. Comenta sobre os processos de solicitação de
250 registros de profissionais diplomados no exterior, que também é ponto de pauta frequente. Relata que a
251 CEF tem sido consultada acerca das atribuições profissionais com mais frequência, e tem tratado



252 também da regulamentação da atividade de extensão, nos termos da legislação do sistema educacional,
253 da lei de assistência técnica e da atuação dos laboratórios e escritórios modelo. Relata a participação da
254 CEF nos seminários sobre ensino de arquitetura e urbanismo dos CAU/MG e CAU/SC, nos quais houve
255 a oportunidade de interagir com a comissão de ensino, orientando questões relativas ao cadastramento
256 de cursos e demais tratados no âmbito da CEF-CAU/BR. **CEP-CAU/BR** - O coordenador da Comissão
257 de Exercício Profissional, conselheiro **HUGO SEGUCHI**, comunicou que a Comissão realizou o 3º
258 Seminário de 2016 em Palmas/Tocantins, com o tema “O RRT como instrumento de valorização da
259 Arquitetura e Urbanismo”, com dois propósitos: um de mostrar o valor do RRT, porque hoje ele serve,
260 basicamente, para ser apresentado na aprovação de projeto e obras em órgãos do governo, e a intenção
261 da Comissão é que o profissional e a sociedade enxerguem o registro, o RRT, como um instrumento de
262 proteção jurídica de um serviço profissional. Por outro lado, o profissional tem que incorporar, nesse
263 RRT, o seu acervo técnico, como forma de valorização profissional, de conquistar novas oportunidades
264 no mercado de trabalho, como foi relatado pelo nosso colega, conselheiro Celso Costa, em depoimento
265 dado na nossa última reunião plenária. O outro propósito foi apresentar uma minuta de revisão da
266 Resolução CAU/BR nº 91/2014 que trata de RRT, com as propostas da CEP para discutir com os
267 representantes dos CAU/UF, onde os principais pontos são: a questão de temporalidade, de quando
268 emitir um RRT; a possibilidade de agrupar mais atividades em um único RRT; o RRT Mínimo que não
269 tem sido utilizado devidamente, como um RRT Social; o Retificador, que tem proporcionado situações
270 indesejadas, trazendo inseguranças para o CAU; e o Extemporâneo, que é objeto de um grande debate e
271 necessita de melhorias.. Além das mudanças normativas para tornar o RRT mais claro, objetivo e
272 seguro, tem também as sugestões de aperfeiçoamento da operacionalização do RRT no SICCAU, como
273 consequência do encontro com os CAU/UF. Gostaria de destacar que nós, conselheiros da CEP, fizemos
274 um treinamento do IGEO e verificamos que o Tocantins é o estado que tem menos arquitetos que nunca
275 emitiram nenhum RRT, e que durante o seminário em Palmas, tivemos a oportunidade de conhecer a
276 arquiteta e urbanista Lorena Quintão, da cidade de Dianópolis no Tocantins, e que observamos no IGEO
277 que nessa cidade só tem ela registrada, e ela nos contou que é originária de Minas Gerais, da cidade de
278 Timóteo, mas como lá tinha poucas oportunidades profissionais, ela resolveu procurar um outro lugar no
279 Brasil onde tivesse mais oportunidades de atuação, e por ter uma prima que morava em Dianópolis e é
280 um lugar de fronteira agrícola, de muita prosperidade, se mudou para lá, onde está há 5 anos, e hoje diz
281 que dá conta da quantidade de serviços que tem. Isso mostra a importância de termos um projeto de
282 verificar onde não tem arquitetos e mostrar isso aos colegas, principalmente, os recém-formados, para
283 ocuparem esse nosso Brasil. **COA-CAU/BR** - A conselheira **GISLAINE SAIBRO** A conselheira
284 **GISLAINE SAIBRO** informou que a COA-CAU/BR estava finalizando o texto da alteração do
285 Regimento Geral do CAU/BR e que em breve, seria enviado para apreciação. Relatou que a Comissão
286 havia encaminhado a minuta do anteprojeto de resolução sobre carteiras de identificação profissional à
287 CEP-CAU/BR e à Assessoria Jurídica, para apreciação e revisão. Registrou o trabalho da RIA no



288 estabelecimento de prazos para resposta de demandas, colocando em prática o que era considerado
289 como melhor pela maioria dos CAU/UF e pelas pessoas envolvidas. Comunicou a situação dos
290 regimentos internos dos Estados, estando em diligência 10 regimentos: Tocantins, Sergipe, Rio de
291 Janeiro, Maranhão, Bahia, Mato Grosso, Espírito Santo, Paraná, Pernambuco e Rondônia; e na
292 Comissão, o regimento interno do CAU/SP de São Paulo. Informou que o plano apresentado ao TCU
293 sobre o Portal da Transparência havia sido aprovado, razão pela qual a Comissão estava propondo a
294 instituição de uma comissão temporária de auditoria. Disse que houve elogios do TCU sobre a qualidade
295 e ao planejamento do CAU. Relatou que haviam sido publicados 13 portais da transparência: o
296 CAU/BR, São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Paraná, Santa Catarina,
297 Pernambuco, Goiás, Mato Grosso do Sul, Pará, Paraíba e Alagoas; e alertou sobre atrasos no
298 cronograma: Bahia, desde 10 de junho; Ceará, desde 15 de julho; Distrito Federal, 19 de agosto; Mato
299 Grosso, 25 de agosto; Rio Grande do Norte, 2 de setembro; Espírito Santo, 23 de setembro. **CPF-**
300 **CAU/BR** - O coordenador adjunto **HEITOR MAIA** informou que, em sua reunião de novembro, a
301 CPFi tratou do processo de prestação de contas trimestral do CAU e do acompanhamento das ações de
302 auxílio ao CAU/MA. Informou também que o Plano de Ação 2017 do CAU/BR estava pautado, porém
303 devido à pendência de várias definições e negociações, o assunto não estava resolvido, motivo pelo qual
304 a comissão deliberou por retirar o item de pauta e realizar uma reunião extraordinária, o que seria
305 relatado pelo conselheiro Anderson Fioreti logo mais. Ressaltou que, no intervalo de tempo da reunião
306 da comissão em que o orçamento seria discutido, foi discutida a resolução que trata de diárias, assunto
307 que havia sido suspenso por conta do cenário de crise, e que provavelmente será recuperado no começo
308 de 2017. Salientou a preocupação da comissão com os reajustes anuais automáticos que estão sendo
309 aplicados aos valores das diárias. O coordenador **ANDERSON FIORETI** informou que na reunião
310 extraordinária, realizada no dia anterior, foram tratados dois assuntos: sobre o CAU/MA, o resultado da
311 primeira abordagem em relação ao plano de recuperação aprovado; e o fechamento da proposta
312 orçamentária de 2017 para o CAU/BR. Sobre o CAU/MA, salientou que a conselheira Maria Lais
313 observou todo o processo e pediu que a mesma se manifestasse posteriormente. Informou que a
314 assessora de planejamento Filomena Paulos visitou o estadual para auxiliar o processo, que consiste em
315 três medidas: o fechamento das contas de 2015, que se encontram sobrestadas devido à constatação da
316 necessidade de reabertura e reajuste; a Reprogramação 2016, devido às observações do andamento dos
317 gastos e da receita do CAU/MA no ano, que estavam levando o CAU/UF a uma situação preocupante; e
318 o orçamento 2017, que precisa ser elaborado de acordo com a realidade do Conselho. Em relação ao
319 orçamento 2017 do CAU/BR, ressaltou que houve dificuldade por conta de uma disparidade entre a
320 condição financeira do conselho e o que as áreas pediram. Após as devidas tratativas, CPFi o aprovou
321 na reunião extraordinária do dia anterior e irão analisar, na próxima reunião, os orçamentos 2017 dos
322 CAU/UF. Em seguida, passou a palavra à conselheira **MARIA LAÍS**, a qual relatou que o que impactou
323 o CAU/MA foi a saída de funcionários temporários, detentores do conhecimento, sem o devido



324 treinamento prévio aos funcionários novos. Discorreu que, de forma geral, em todos os Conselhos, não
325 há envolvimento dos presidentes e conselheiros na parte administrativa. A comissão de finanças do
326 CAU/MA desconhecia praticamente tudo que ocorria, quando na realidade são eles quem assinam os
327 documentos. Opinou que ficou claro que o problema é de gestão. Relatou que foram realizados quatro
328 dias de trabalho entre a equipe do CAU/MA, que se mostrou incansável para solucionar os problemas
329 detectados, e o CAU/BR. Por fim, informou que solicitou ao presidente Hermes que fossem retomados
330 os trabalhos de elaboração do Regimento Interno do CAU/MA e fez um apelo para que os outros
331 CAU/UF com a mesma pendência tomem providências para sanar esta lacuna, pois o segundo mandato
332 já está no fim e é inadmissível os órgãos continuarem funcionando sem uma norma interna.

333 **PRESIDÊNCIA CAU/BR** – O presidente **HAROLDO PINHEIRO** informou que estava sendo
334 iniciado o 40º Encontro Nacional do Sindicato dos Arquitetos e Urbanistas, no Rio Grande do Sul, que
335 homenageava a colega Maria Elisa Meira, que foi presidente da ABEA e uma das protagonistas das
336 discussões que levaram à criação do CAU na década de 90. Era uma homenagem muito importante, pois
337 é fundamental a preservação da história da profissão e dos personagens que tiveram uma participação
338 destacada no caminho da Arquitetura e Urbanismo no Brasil. Informou que esteve, no final da semana
339 passada, sexta-feira, uma reunião com os presidentes dos CAU estaduais da Bahia, do Espírito Santo,
340 Mato Grosso, Pernambuco e Paraná. Disse que o colega Wilson, do Mato Grosso, solicitou aquela
341 reunião, onde a pauta era uma discussão sobre a ação do CAU pós o Habitat III, já que naquele Plenário
342 tinha sido aprovado a Carta Compromisso com a Nova Agenda Urbana. Informou que entraram em uma
343 conversa sobre a deliberação daquele plenário, de dedicar dois por cento do orçamento do CAU para
344 ações de Assistência Técnica em Habitação de Interesse Social, pelo risco de pulverização daqueles
345 recursos, algo em torno de 3 milhões e meio de reais, a grosso modo. Informou que no primeiro
346 semestre de 2017, haverá, em Brasília, o Fórum Nacional dos Prefeitos, um evento anual, organizado
347 pela Frente Nacional de Prefeitos - FNP, e, refletindo pelo que foi visto no Habitat III. Sugeriu que fosse
348 aproveitada a rede, reforçando-a e trazendo, enfim, uma melhor utilização para os recursos da
349 Assistência Técnica. Comentou sobre o Concurso da Sede do CAU/BR e IAB/DF, coordenado pelo
350 arquiteto e urbanista Igor Campos, conselheiro do CAU/DF, onde, por iniciativa própria, a assessora do
351 CAU/BR Ana Laterza, pediu para acompanhar o trabalho da comissão julgadora. Informou que das 218
352 propostas inscritas, 8 foram desclassificadas por descumprimento do edital, e 210 foram a julgamento.
353 Participaram 1321 arquitetos, incluindo os paisagistas do país inteiro, uma média de 6.3, mais ou menos,
354 por equipe, e mais 1341 engenheiros, uma média de 6.4 por equipe para os projetos complementares.
355 Informou que foram 2665 profissionais envolvidos participaram do trabalho. Reiterou que foi um
356 concurso de estudos preliminares, como recomenda a UNESCO e a UIA. Disse que agora viriam as
357 etapas de anteprojeto, de projeto de prefeitura e o executivo. Concluiu solicitando contribuições, por
358 escrito, para a melhoria do projeto. O conselheiro **MANOEL DE OLIVEIRA FILHO**, com relação
359 aos comentários dos conselheiros, disse que gostaria que o item “comentários ou comunicações” não



360 fosse colocado no final das plenárias, pois as comunicações, às vezes, eram muito importantes para que
361 os conselheiros pudessem tomar ciência da fala daquelas comunicações. Enfatizou que o que estava
362 acontecendo era que quando chega a hora das “comunicações” o Plenário já estava vazio. Concluiu
363 dizendo que era falta de consideração com os demais conselheiros. Sugeriu que, em face daquele fato,
364 os “comunicados” fossem feitos após o almoço. O presidente **HAROLDO PINHEIRO** lembrou que a
365 conselheira Gislaine Saibro está propondo no novo regimento do CAU/BR que as “comunicações dos
366 conselheiros” acompanhem a opinião do conselheiro Manoel. O conselheiro **RONALDO LIMA** disse
367 que, em especial a iniciativa, a preocupação era muito autêntica, de fatos todos têm a sua intenção de se
368 manifestar em algum momento, talvez não todas às vezes, mas se preocupava com os excessos.
369 Aproveitando o novo espaço, o conselheiro **LUIZ HILDEBRANDO** comentou do seminário da CEP-
370 CAU/BR em Palmas. Disse que o RRT era um ponto importante para valorizarmos a profissão. Sugeriu
371 juntar com a CPP-CAU/BR e fazer um trabalho de marketing. O conselheiro **FERNANDO COSTA**
372 comunicou que foi até o Rio Grande do Sul participar de uma reunião com o jurídico de lá, de Santa
373 Catarina, Paraná, e do CAU BR, assessorando na construção de uma argumentação para defesa dos
374 processos contra a Resolução 51. Disse que estavam construindo um documento que fosse referencial
375 do ponto de vista técnico da formação do arquiteto urbanista, da caracterização da unidade de atuação
376 profissional. A conselheira **CÁSSIA ABDALLA** informou que a Câmara de Engenharia Civil do
377 CREA/MT também fez uma decisão onde eles colocam que os fiscais, orientam a gerência de
378 fiscalização do conselho para proceder lavratura de auto de infração para profissional arquiteto e
379 urbanista quando estiver realizando atividades como instalações elétricas em baixa tensão e algumas das
380 atribuições da resolução 21. Disse que não sabia como o CAU deveria tratar aquele fato, mas acreditava
381 que fosse feito através de um entendimento entre os conselhos federais. **6. Ordem do dia: 6.1. Projeto.**
382 **6.1. Devolução do pedido de vista do conselheiro Renato Nunes que aprecia o Projeto de**
383 **Resolução que institui o procedimento para a realização de Desagravo Público no âmbito do**
384 **Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU). (Origem: Comissão de Ética e Disciplina.)** O
385 conselheiro RENATO NUNES informou que, pelo fato do tema apresentado pela CED-CAU/BR ter
386 recebido uma série de destaques e opiniões que implicaram em uma grande discussão, pediu vista para
387 examinar o processo, em conjunto com as pessoas que haviam feito as questões, principalmente a
388 conselheira Gislaine. Infelizmente naquele mês, que teria como prazo regimental devolver o processo,
389 não foi possível fazer as reuniões necessárias. Solicitou ao plenário a extensão de mais um mês para
390 poder tratar do assunto e estabelecer as reuniões necessárias. O presidente HAROLDO PINHEIRO
391 questionou o plenário dizendo que não se tratava de uma matéria com data fatal. Sugeriu que a matéria
392 voltasse ao Plenário no mês de dezembro. A conselheira GISLAINE SAIBRO disse que poderia constar
393 em ata o Art. 103 do Regimento Geral, inciso II, que, efetivamente, permite que seja feito aquele
394 adiantamento. Disse que, em geral, era feito um pedido por escrito, mas o conselheiro Renato preferiu
395 fazer verbalmente, coberto pelo Art. 103 do Regimento Geral, inciso II. Concluiu sugerindo constar na



396 próxima ata, dando uma maior substância para aquele ato que estava sendo aprovado. **6.2. Projeto de**
397 **Deliberação Plenária que aprova o Sistema de Acreditação de Cursos de Arquitetura e**
398 **Urbanismo do CAU/BR. (Origem: Comissão de Ensino e Formação.)** O conselheiro **GERALDINE**
399 **JÚNIOR** iniciou o relato da matéria com um breve histórico das ações da comissão desde os primeiros
400 anos do conselho visando à construção de um sistema brasileiro de Acreditação de Cursos de
401 Arquitetura e Urbanismo, tendo sido contratada uma consultoria específica sobre o tema no ano corrente
402 para o aprofundamento sobre os processos semelhantes em demais países. Destacou a importância das
403 colaborações com outras entidades profissionais, consolidadas pelos acordos e memorandos
404 internacionais firmados, principalmente com o Royal Institute of British Architects - Instituto Real de
405 Arquitetos Britânicos (RIBA), no Reino Unido, e com o National Architectural Accrediting Board -
406 Conselho Nacional de Acreditação de Arquitetura (NAAB), nos Estados Unidos. Ressaltou ainda a
407 contribuição do conselheiro Fernando Costa, membro da CEF-CAU/BR, devido à sua experiência como
408 coordenador da área de arquitetura no sistema do MERCOSUL de acreditação de cursos, o ARCU-SUL.
409 Em seguida, passou à apresentação do projeto proposto pela comissão que, ressaltou, face à expansão
410 acelerada no número de cursos no país, poderia contribuir de forma significativa para a melhoria das
411 condições de oferta, a exemplo do que já ocorre em outros conselhos e organizações congêneres no país.
412 Informou sobre o conceito de acreditação de cursos, processo complementar e não concorrente ao
413 sistema governamental de autorização e reconhecimento de curso, sobre os demais sistemas existentes
414 no mundo e sobre o sistema já implementado pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). Passou à
415 exposição das justificativas e dos princípios do sistema proposto, da estrutura proposta à Agência de
416 Acreditação de Cursos de Arquitetura e Urbanismo (ACREDITA), e, em seguida, apresentou o passo a
417 passo e as etapas do sistema de avaliação, desde a inscrição do curso à outorga do Selo de Qualidade.
418 Finalizou detalhando o projeto piloto, a ser lançado em caráter experimental no ano de 2017 para a
419 avaliação e o aprimoramento do sistema proposto. Passou a palavra ao colega Fernando Diniz, relator
420 do processo no âmbito da CEF e da CRI, para complementação. O conselheiro **FERNANDO DINIZ**
421 compartilhou com os demais a satisfação em apresenta-los o projeto, fruto de longa discussão,
422 enfatizando que o seu conteúdo havia sido desenvolvido com base em um denso aprofundamento nos
423 demais sistemas existentes no cenário internacional, com os quais ele acredita que o sistema brasileiro
424 deva alinhar-se a partir da sua implementação. Esse diálogo seria importante para a integração e a
425 equivalência com agências acreditadoras de outros países e, conseqüentemente, a troca de experiências
426 para a garantia do atendimento dos princípios de transparência, ética, independência do processo
427 decisório, ênfase no aprendizado e não em requisitos quantitativos, bem como de respeito às
428 metodologias locais e às experiências inovadoras. Finalizou ressaltando o caráter educativo do
429 programa, que contaria com a ampla participação do curso avaliado em todas as etapas e serviria para
430 mostrar à sociedade as boas escolas de arquitetura do Brasil e o motivo pelo qual elas haviam sido
431 destacadas. O Presidente **HAROLDO PINHEIRO** parabenizou a comissão, antecipando a sua



432 satisfação em ver o assunto em discussão pelo plenário, sendo ele uma meta da gestão desde os
433 primeiros anos do conselho. Passou a palavra ao ouvidor do CAU, Roberto Simon, que o acompanhou
434 nos cumprimentos à CEF e se comprometeu a contribuir com a sua experiência como conselheiro da
435 UIA, cujo processo de acreditação estava em processo de revisão. O conselheiro **MANOEL DE**
436 **OLIVEIRA FILHO** reiterou a importância das comissões especiais e sugeriu maior visibilidade ao
437 projeto para a divulgação dos trabalhos do CAU/BR à sociedade. Passou-se à leitura do projeto de
438 deliberação plenária e em seguida prosseguiu-se com a discussão da matéria em pauta. A Conselheira
439 **GISLAINE SAIBRO**, em resposta a questionamentos dos colegas Cássia Abdala e Luiz Afonso,
440 esclareceu que o documento em análise não seguiria o rito da Resolução CAU/BR nº 104/2015, por se
441 tratar apenas de um projeto em fase de desenvolvimento, porém necessitaria do aval do Plenário do
442 CAU/BR por necessitar de estudos financeiros, administrativos e jurídicos para a sua implementação. O
443 conselheiro **OSCARITO NASCIMENTO** se juntou aos demais nas congratulações à proposta e
444 sugeriu a diminuição do prazo de validade do selo outorgado e a divulgação das instituições acreditadas
445 pelo CAU/BR como fator indutivo para a adesão ao processo. O conselheiro **HEITOR MAIA**
446 concordou com a importância do sistema em desenvolvimento, porém ressaltou que seria contraditório
447 afirmar que ele contribuiria por si só para a melhoria do ensino no Brasil. Segundo ele, são importantes
448 ações complementares que tenham como enfoque os cursos com notas inferiores na avaliação do MEC,
449 além da verificação de todos os percursos acadêmicos dos egressos que solicitarem registro profissional,
450 com a finalidade de se verificar o cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais nos planos
451 pedagógicos dos cursos em atividade. Finalizou sugerindo que se retirasse da deliberação plenária a
452 aprovação da proposta de atualização do documento Perfis e Padrões de Qualidade, por não terem
453 ficado bem esclarecidas no texto as alterações ao texto original. O conselheiro **FERNANDO COSTA**
454 reiterou que a proposta não concorreria com o sistema de autorização e reconhecimentos de cursos no
455 âmbito do MEC, com o qual a CEF-CAU/BR tem tido uma relação construtiva desde o início da gestão,
456 estando inclusive desenvolvendo em conjunto um projeto de capacitação dos avaliadores do INEP. O
457 conselheiro **NAPOLEÃO FERREIRA** demonstrou preocupação com a qualidade dos cursos de
458 Arquitetura e Urbanismo em geral, ressaltando que é importante garantir a capacitação profissional dos
459 egressos e a aptidão para o exercício profissional, e não apenas estabelecer uma amostragem a partir de
460 um critério de excelência, e questionou sobre o posicionamento do CEAU com relação à matéria. O
461 conselheiro **LUIZ FERNANDO JANOT** salvou o trabalho apresentado, sugerindo aprimoramentos no
462 organograma da ACREDITA, e propôs ajustes na redação da deliberação plenária. O conselheiro **LUIZ**
463 **AFONSO** solicitou esclarecimentos sobre os impactos orçamentários do projeto de Acreditação de
464 Cursos, seguido pela secretária executiva do CEAU, Andreia Villela, que elogiou a iniciativa e
465 informou ao conselheiro Napoleão que a matéria já havia sido apreciada pelo CEAU, sem ressalvas por
466 parte de nenhuma das entidades. A palavra foi restituída ao relator, conselheiro **GERALDINE**
467 **JÚNIOR**, que prestou esclarecimentos ao plenário sobre as questões levantadas e fez comentários



468 pontuais sobre as contribuições anteriores, acatando as sugestões de ajustes na redação propostas pelo
469 conselheiro Janot. Em seguida **FERNANDO DINIZ** pediu a palavra para comentar as preocupações
470 dos colegas Napoleão e Heitor, reiterando que a CEF-CAU/BR preza pela divulgação das boas escolas
471 como estímulo para o aprimoramento das demais e que o sistema de acreditação seria apenas um dos
472 instrumentos para a melhoria da qualidade da formação profissional. A comissão tem dado constante
473 suporte ao MEC, encaminhando denúncias com relação à qualidade do ensino superior e prestando
474 subsídios para os processos de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos.
475 Reiterou que o prazo de vigência pretendido para o selo da ACREDITA será passível de revisão, assim
476 como demais questões a serem ajustadas, após a avaliação do resultado do projeto piloto a ser realizado
477 em caráter experimental. A conselheira **GISLAINE SAIBRO** submeteu uma questão à comissão com
478 relação ao documento Perfis e Padrões de Qualidade, perguntando se os critérios mencionados na
479 minuta de deliberação haviam sido contemplados na apresentação feita no início. Disse que, em caso
480 afirmativo, poder-se-ia prosseguir com a redação proposta, caso contrário sugeria o seu
481 desmembramento como outro item da deliberação. Questionou também a quem seria submetida a
482 proposta de revisão do referido documento. Os conselheiros **GERALDINE JÚNIOR** e **FERNANDO**
483 **DINIZ** esclareceram que a proposta de alteração do CAU/BR já havia sido anteriormente apreciada pelo
484 plenário a encaminhada ao MEC, porém fazia parte dos critérios de avaliação propostos para o sistema
485 de acreditação. A conselheira **GISLAINE SAIBRO** disse que estava esclarecida e sugeriu a inclusão,
486 no item 2 (dois) da deliberação, do termo “financeiras”, além dos já propostos “administrativas” e
487 “jurídicas”, referindo-se às providências a serem tomadas para a implementação do projeto. Em seguida,
488 o conselheiro **RENATO NUNES** somou o seu apoio aos colegas que já haviam se manifestado,
489 parabenizando a comissão pelo trabalho desenvolvido, e pediu esclarecimentos sobre o caráter
490 operacional da vigência do selo outorgado. O conselheiro **GONZALO MELGAR** se manifestou
491 também favoravelmente ao documento em construção, saudando a CEF pela proposta, questionando
492 apenas a utilização da nota do curso da avaliação do MEC como parâmetro de avaliação pela
493 ACREDITA, alegando ser um critério impreciso e questionável para a mensuração da qualidade do
494 curso. Posteriormente, o conselheiro **HEITOR MAIA** pediu novamente a palavra e perguntou se a
495 proposta de alteração ao documento Perfis e Padrões de Qualidade era aquela anteriormente apresentada
496 ao CNE, que divergia de outra apresentada pela Associação Brasileira de Ensino de Arquitetura e
497 Urbanismo . Segundo o conselheiro, o ponto principal que distinguia as duas versões era com relação ao
498 Trabalho Final de Graduação. Enquanto o CAU/BR defendia a obrigatoriedade de projetos de
499 Arquitetura, Urbanismo e Paisagismo, a ABEA propunha que ele pudesse ser de um tema de livre
500 escolha relacionado às atribuições profissionais. O relator da matéria, conselheiro **GERALDINE**
501 **JÚNIOR** fez os últimos comentários sobre as contribuições dos colegas, esclarecendo ao conselheiro
502 Heitor de que o documento ao qual ele se referia era a proposta de revisão das Diretrizes Curriculares
503 Nacionais, e não do documento Perfis e Padrões de Qualidade, este último objeto de proposta única de



504 atualização entre CAU/BR e ABEA, sem pontos de divergência. Disse ao conselheiro Gonzalo que a
505 adoção da nota da avaliação do MEC se tratava apenas de um filtro inicial para a restrição do número de
506 cursos aptos a aderirem ao processo, e não de um critério de avaliação. O indicador escolhido foi fruto
507 de longa discussão da comissão, porém estaria apto a adaptações futuras, a depender dos
508 desdobramentos do projeto piloto. Finalmente, com relação ao questionamento do conselheiro Renato,
509 informou que as providências jurídicas necessárias seriam tomadas para que as instituições acreditadas
510 fizessem uso do selo apenas durante a sua vigência. Disse que em longo prazo o sistema de acreditação
511 seria financeiramente autossustentável e que o montante investido pela instituição de ensino inscrita
512 seria suficiente para arcar com os respectivos custos administrativos do processo avaliativo. Passou-se
513 então à votação da matéria, que foi aprovada com 23 votos a favor, 2 ausências e 2 abstenções. **6.3.**
514 **Projeto de Deliberação Plenária que autoriza o Presidente do CAU/BR a firmar Memorando de**
515 **Entendimento com o Conselho Nacional da Ordem dos Arquitetos da França (CN-OAF).**
516 **(Origem: Comissão de Relações Internacionais.)** O conselheiro **FERNANDO DINIZ** informou que
517 as tratativas entre o CAU/BR e o Conselho Nacional da Ordem dos Arquitetos da França (CNOA) teve
518 início em 2012, quando a entidade participou do seminário internacional promovido pelo CAU/BR. O
519 interesse do Brasil nessa aproximação se dá particularmente devido à expressiva comunidade brasileira
520 na Guiana Francesa, departamento ultramarino francês onde não há escolas de Arquitetura e Urbanismo.
521 Agradeceu ao conselheiro Geraldine por ter sido interlocutor nessa aproximação e passou à leitura da
522 minuta de Memorando de Entendimento. Em seguida, o Conselheiro **GERALDINE JÚNIOR**
523 complementou, ressaltando que a assinatura do MoU se tratava de uma aproximação inicial, visando
524 discussões mais aprofundadas sobre a mobilidade profissional e o reconhecimento recíproco de título
525 entre os países. O conselheiro **JOSÉ ALBERTO TOSTES** solicitou que o documento fosse enviado
526 oficialmente ao CAU/AP em virtude de o tema ter sido frequentemente pautado para as reuniões
527 plenárias do conselho estadual. Passou-se então à leitura da minuta de deliberação plenária e em
528 seguida à votação, quando a matéria foi aprovada por unanimidade. **6.4. Projeto de Deliberação**
529 **Plenária que cria vagas de empregos efetivos no quadro de pessoal do Conselho de Arquitetura e**
530 **Urbanismo / Secretaria Geral da Mesa. (Origem: Presidência.)** O presidente **HAROLDO**
531 **PINHEIRO** disse que a própria presidência estava trazendo o tema, após ouvir o Conselho Diretor.
532 Tratava-se de uma providência para o cumprimento de uma deliberação tomada quando foi aprovado o
533 Regimento Eleitoral, dando suporte para estabelecer um quadro de funcionários à Comissão Eleitoral
534 durante o processo eleitoral do próximo ano e adicionalmente promover um alívio para a Secretaria
535 Geral da Mesa, que tem tido algumas dificuldades com a distribuição de tarefas pelo quadro que tem lá.
536 Informou que a proposta de Deliberação Plenária adicionaria mais um arquiteto e urbanista, cargo
537 profissional de analista superior, com salário de R\$ 8.402,48 e um assistente administrativo, cargo
538 profissional de suporte técnico, com salário R\$ 4.222,80. O conselheiro **CLÊNIO PLAUTO**
539 questionou se haveria corte de comissionados. O conselheiro **WELLINGTON VELOSO** se aquelas



540 funções estavam sendo aproveitadas do concurso já realizado em 2013 e se era legal e previsto, tendo
541 em vista que o concurso tinha um direcionamento muito específico. O presidente **HAROLDO**
542 **PINHEIRO** informou que era do cadastro de reserva. Houve uma solicitação geral, inclusive dos CAU
543 estaduais. Disse que foi pensado em extinguir e fazer um novo, mas houve uma solicitação ampla de
544 todos em seguir aquela orientação. Leu a deliberação plenária que cria um cargo efetivo de Profissional
545 Analista Superior (PAS) – ocupação arquiteto e urbanista e um cargo de Profissional de Suporte
546 Técnico (PST) – ocupação assistente, na Secretaria Geral da Mesa. Colocou a matéria em regime de
547 votação e, posteriormente, anunciou a aprovação do tema com 24 votos a favor e 3 ausências. **6.5.**
548 **Projeto de Deliberação Plenária que institui e compõe a Comissão Temporária de Auditoria do**
549 **Cumprimento da Lei de Acesso à Informação no Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil**
550 **(CAU/BR) e dos Conselhos de Arquitetura e Urbanismo dos Estados e do Distrito Federal**
551 **(CAU/UF) e dá outras providências. (Origem: Comissão de Organização e Administração):** A
552 conselheira **GISLAINE SAIBRO** informou que a criação e composição de uma comissão de auditoria
553 fazia parte do decreto e dos acórdãos assinados com o TCU. Leu a minuta de deliberação plenária. O
554 presidente **HAROLDO PINHEIRO** anunciou o regime de votação, sendo aprovada por unanimidade.
555 **6.6. Projeto de Deliberação Plenária que aprova a Resolução que altera o art. 9º da Resolução**
556 **CAU/BR nº 49, de 7 de junho de 2013. (Origem: Comissão de Ensino e Formação)** O conselheiro
557 **FERNANDO COSTA** iniciou o relato pela leitura da minuta de deliberação plenária. Esclareceu que as
558 alíneas “a” e “a-1” da Resolução CAU/BR nº 026/2012 às quais se referia o texto tratavam do diploma
559 estrangeiro e de sua revalidação por instituição de ensino brasileira, respectivamente. O conselheiro
560 **NAPOLEÃO** pediu a palavra para comentar sobre um assunto correlato, reiterando a sua opinião de
561 que a análise de requerimentos de registro de diplomados no exterior deveria ser matéria terminativa na
562 comissão de ensino. O relator **FERNANDO COSTA** esclareceu que a sugestão do conselheiro
563 dependeria de alterações ao regimento, e que já estava contemplada nos estudos em desenvolvimento
564 pela COA. A conselheira **MARIA LAÍS** solicitou confirmação de que a matéria em pauta dependia da
565 aprovação do Plenário por se tratar de alteração de resolução do CAU/BR, o que foi ratificado em
566 seguida pela conselheira **GISLAINE SAIBRO**, que também reiterou a fala no colega Fernando Costa,
567 informando ao conselheiro Napoleão de que a sugestão feita já estava em análise pela COA e pela CEF.
568 Em seguida, o conselheiro **FERNANDO COSTA** informou que, devido ao acúmulo de trabalhos da
569 comissão, não havia sido redigida minuta de Deliberação Plenária aprovando o projeto de resolução lido
570 anteriormente. O presidente **HAROLDO PINHEIRO** concordou que a assessoria da comissão
571 preparasse o documento. Ao final do dia então, após a preparação do texto, foi feita a leitura da minuta
572 de deliberação, a qual foi aprovada por unanimidade. **6.7. Projeto de Deliberação Plenária que**
573 **homologa Registro de profissionais diplomados em instituições de ensino estrangeiras.**
574 **Interessados: Anders Ortiz (Origem: Comissão de Ensino e Formação).** O conselheiro
575 **GERALDINE JÚNIOR** sugeriu que alguns processos de homologação fossem analisados em bloco,



576 por semelhança do mérito. O presidente **HAROLDO PINHEIRO** consultou o Plenário e o mesmo
577 aceitou a proposta. O conselheiro **GERALDINE JÚNIOR** apresentou o projeto de deliberação plenária
578 de ANA FILIPA HIPOLITO COSTA, aprovado na CEF-CAU/BR via acordo de cooperação entre
579 CAU/BR e AO/PT. O presidente **HAROLDO PINHEIRO** disse que a matéria estava em discussão.
580 Sem manifestações do Plenário, colocou o tema em regime de votação e, posteriormente, anunciou a
581 homologação dos registros definitivos aos estrangeiros por 24 votos favoráveis e 03 ausências. O
582 conselheiro **GERALDINE JÚNIOR** apresentou os projetos de deliberações plenárias de FERNANDO
583 DIAZ SOLER, JOANA PACK MELO SOUSA, ANNA CAROLINA BUENO CARDOSO, MARTA
584 ROCA MUNOZ E MARIA FRANCISCA SANHUEZA BOCCHIO, aprovados na CEF-CAU/BR, que
585 homologa os registros de profissionais diplomados em instituições de ensino estrangeiras. O presidente
586 **HAROLDO PINHEIRO** disse que a matéria estava em discussão. Sem manifestações do Plenário,
587 colocou o tema em regime de votação e, posteriormente, anunciou a homologação dos registros
588 definitivos aos estrangeiros por 25 votos favoráveis e 02 ausências. O conselheiro **GERALDINE**
589 **JÚNIOR** apresentou o projeto de deliberação plenária de MICHAEL EMIL MÖSH, “indeferido” na
590 CEF-CAU/BR de acordo com as regras de homologação de registro de estrangeiros pelo CAU/BR. O
591 presidente **HAROLDO PINHEIRO** disse que a matéria estava em discussão. Sem manifestações do
592 Plenário, colocou o tema em regime de votação e, posteriormente, anunciou o indeferimento do registro
593 definitivo ao estrangeiro por 25 votos favoráveis e 02 ausências. **6.8. Leitura do Projeto de**
594 **Deliberação Plenária que aprova o projeto de resolução que altera a Resolução CAU/BR n° 30,**
595 **que dispõe sobre os atos administrativos a serem expedidos pelo CAU/BR e pelos CAU/UF e o**
596 **Manual para Elaboração de Atos Administrativos Normativos de Competência do CAU, e dá**
597 **outras providências. (Origem: Comissão de Organização e Administração.)** A conselheira
598 **GISLAINE SAIBRO** relatou que a Comissão Temporária de Harmonização do Exercício Profissional
599 havia solicitado à Comissão um modelo para elaboração de resolução conjunta, para tanto se fazia
600 necessário alterar a Resolução CAU/BR n° 30 e o Manual de Elaboração dos Atos Normativos de
601 Competência do CAU. Leu todas as alterações que foram realizadas nos dois documentos, explicando
602 cada uma delas. O conselheiro **FERNANDO JANOT** questionou quais seriam as entidades coautoras
603 de interesse público. A conselheira **GISLAINE SAIBRO** explicou que o CAU/BR poderia elaborar
604 resolução conjunta com outros órgãos públicos com atribuições afins com as competências do CAU/BR.
605 Leu a minuta de deliberação Plenária. O presidente **HAROLDO PINHEIRO** anunciou o regime de
606 votação, sendo aprovada por unanimidade. **6.9. Relato sobre o fechamento contábil do terceiro**
607 **trimestre/2016 do CAU/BR – execução orçamentária até setembro/2016. (Origem: Gerência de**
608 **Orçamento e Finanças do CAU/BR).** O presidente **HAROLDO PINHEIRO** solicitou que o
609 coordenador da CPFi-CAU/BR apresentasse a matéria. O conselheiro **ANDERSON FIORETI** disse
610 que a comissão definiu que talvez fosse necessário passar a trazer balanços trimestrais para
611 conhecimento do plenário, o que não vinha sendo feito. Solicitou que, na ausência do gerente financeiro



612 Renato Viana, o contador do CAU/BR apresentasse o tema. O contador **GUILHERME AMARAL** fez
613 a apresentação da matéria sobre um resumo das receitas e despesas trimestrais do CAU/BR para que os
614 conselheiros pudessem acompanhar a execução orçamentária do conselho. O conselheiro **ANDERSON**
615 **FIGURETTI** agradeceu e ressaltou que, como havia falado, era uma simples informação para que o
616 plenário se mantivesse atualizado dos balancetes. **6.10. Relato sobre a missão do CAU à III**
617 **Conferência das Nações Unidas sobre Moradia e Desenvolvimento Urbano Sustentável – Habitat**
618 **III. (Origem: Comissões de Relações Internacionais e de Política Urbana e Ambiental).** O
619 presidente **HAROLDO PINHEIRO** solicitou aos conselheiros Lana Jubé e Fernando Diniz,
620 representantes do CAU/BR no HABITAT III – Quito/2016, coordenadores das comissões de Política
621 Urbana Ambiental e de Relações Internacionais, respectivamente, que apresentassem seus comentários
622 sobre o evento. A conselheira **LANA JUBÉ** disse que o conselheiro Fernando Diniz fez um documento,
623 relato geral, do evento e lembrou o mesmo era o resultado de uma série de eventos que culminaram
624 naquele documento, distribuído inclusive na plenária passada, levado à Quito e distribuído para o
625 mundo inteiro, por meio das 40 mil pessoas que estavam inscritas participando do evento, fora toda a
626 comitiva oficial da ONU e da comitiva do governo brasileiro, representado pelo ministério das cidades.
627 Comunicou que o CAU/BR estava vendo no orçamento para que o mesmo seja distribuído às prefeituras
628 de todo o Brasil. O conselheiro **FERNANDO DINIZ** disse que foi realmente uma experiência muito
629 importante, participar do Habitat III, o evento ocorreu entre 17 e 21 de outubro e foi a conferência da
630 ONU para a questão urbana aprovar a nova agenda urbana. O evento reuniu 40 mil pessoas de 193
631 nações que aprovou a agenda que vai servir, tentar novos caminhos que deverão guiar a atuação de
632 diversos atores, nações, prefeituras, estados, municípios, programas internacionais de financiamento,
633 programas da ONU e da sociedade civil nos próximos 20 anos. Informou que aquele encontro ocorreu
634 pela última vez em Istambul em 96, e antes em Vancouver em 76, então foi um prazo muito longo entre
635 um encontro e o outro. Disse que uma das coisas que chamam a atenção é a dificuldade de promover um
636 evento daquele porte. O presidente **HAROLDO PINHEIRO** mencionou que Fórum dos Prefeitos
637 ocorrido no evento durou uma tarde e grande parte da noite, e foram cerca de 40 a 50 prefeitos de várias
638 cidades do mundo. A conselheira **CÁSSIA ABDALLA** disse que, às vezes, precisamos sair do país
639 para eventos internacionais para poder escutar exemplos feitos em outros locais, mas, o evento que a
640 CPUA-CAU/BR fez em Brasília, trouxe o Gustavo Restrepo e a oportunidade de discutir com ele,
641 infelizmente não teve a presença da maioria dos conselheiros, inclusive da presidência do CAU/BR. O
642 presidente **HAROLDO PINHEIRO** agradeceu e elogiou o relatório, muito sintetizado, bem escolhidos
643 os pontos a compartilhar com o plenário. Disse que estão mais detalhados em textos e material
644 publicado para discussão. Cumprimentou a ambos, como coordenadores de suas comissões, pelo
645 trabalho apresentado. **6.11. Apresentação da campanha para o Dia Nacional do Arquiteto e**
646 **Urbanista – 15 de dezembro;** O presidente **HAROLDO PINHEIRO** solicitou que, na ausência do
647 assessor chefe de comunicações do CAU/BR, Júlio Moreno, o assessor de Imprensa e Comunicação



648 Leonardo Echeverria apresentasse a Campanha do Dia do Arquiteto e Urbanista 2016. Foi apresentado o
649 roteiro de filme (30 segundos) e o slogan: “Planejamento urbano melhora nosso lugar no mundo.
650 Concorda, prefeito?”. A conselheira **CÁSSIA ABDALLA** parabenizou a campanha, o tema da
651 campanha e a sua comissão, a CPUA-CAU/BR, pois todo aquele tema que o CAU/BR colocou como
652 campanha de final de ano e mesmo da carta para os prefeitos, que se originaram na comissão de política
653 urbana. O conselheiro **MANUEL de OLIVEIRA FILHO** disse que houvesse um momento, que
654 pudesse deixar bem claro, que diga que o arquiteto não só constrói uma cidade a partir de um plano em
655 branco, mas que ele consegue também transformar uma área degradada e consolidada. Mostrar a
656 dificuldade e a capacidade técnica de renovar, restaurar cidades que estão todas contaminadas. O
657 conselheiro **LUÍS HIDELBRANDO** parabenizou o Júlio, Leonardo e toda equipe. Disse que achava
658 realmente o tema muito interessante. Um tema que leva o CAU para um papel político. **7.**
659 **Encerramento.** O presidente **HAROLDO PINHEIRO** encerrou a reunião às doze horas e quinze
660 minutos, desejando a todos os conselheiros um bom retorno aos seus lares e agradeceu pelo aceite da
661 convocação feita pelo CAU/BR para aquela reunião.

HAROLDO PINHEIRO VILLAR DE QUEIROZ

Presidente do CAU/BR

Daniela Demartini Fernandes

Secretária Geral da Mesa do CAU/BR

**61ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DO CAU/BR****Folha de Votação**

UF	Conselheiro	Votação			
		Sim	Não	Abstenção	Ausência
AC	Clênio Plauto de Souza Farias	X			
AL	Heitor Antônio Maia da Silva Dores	X			
AM	Claudemir José de Andrade			X	
AP	José Alberto Tostes			X	
BA	Hugo Seguchi	X			
CE	Napoleão Ferreira da Silva Neto	X			
DF	Haroldo Pinheiro Villar de Queiroz	-	-	-	-
ES	Anderson Fioreti de Menezes	X			
GO	Maria Eliana Jubé Ribeiro	X			
MA	Maria Laís da Cunha Pereira	X			
MG	Maria Elisa Baptista				X
MS	Celso Costa	X			
MT	Luciano Narezi de Brito			X	
PA	Wellington de Souza Veloso			X	
PB	Hélio Cavalcanti da Costa Lima	X			
PE	Fernando Diniz Moreira	X			
PI	Sanderland Coelho Ribeiro			X	
PR	Manoel de Oliveira Filho	X			
RJ	Luiz Fernando Donadio Janot	X			
RN	Josenita Araújo da Costa Dantas	X			
RO	Roseana de Almeida Vasconcelos				X
RR	Luiz Afonso Maciel de Melo	X			
RS	Gislaine Vargas Saibro	X			
SC	Ronaldo Lima	X			
SE	Marcelo Augusto Costa Maciel	X			
SP	Renato Luiz Martins Nunes	X			
TO	Luis Hildebrando Ferreira Paz	X			
IES	José Roberto Geraldine Júnior	X			

Histórico da votação:**Sessão Plenária nº:** 61ª Plenária Ordinária**Data:** 16/12/2016**Matéria em votação:** Aprovação da ata da 60ª Plenária Ordinária CAU/BR**Resultado da votação:** Sim (20) Não (0) Abstenções (05) Ausências (02) Total (27)**Ocorrências:****Secretário da Sessão:****Presidente da Sessão:**